

A INTERAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO LINGÜÍSTICO-PRAGMÁTICO

04/2005

Ana Lygia Cunha

Universidade Federal do Pará (analygia@amazon.com.br)

Categoria: Pesquisa e avaliação

Setor educacional: Educação continuada em geral

Natureza do trabalho: Descrição de projeto em andamento

010-TC-F5

O presente trabalho, baseando-se em pressupostos teóricos da Pragmática Lingüística, propõe-se a dar início a uma análise do comportamento de professores envolvidos em projetos de cursos on line no que diz respeito a sua interação com seus alunos por meio de fóruns e chats e na preparação de material. A partir da experiência, na UFPA, com a oferta de cursos on line de extensão e especialização, pretende-se contribuir para a construção de uma metodologia de ensino nessa modalidade, o que, certamente, levará ao desenvolvimento da Educação a Distância (EAD), tão necessário ao Brasil do século XXI, particularmente à Região Norte.

Palavras-chave: Lingüística; Pragmática; Educação

A interação pela linguagem

Os avanços dos estudos lingüísticos nas últimas décadas trouxeram mudanças radicais na maneira de se conceber, entre outras coisas, aquilo que é objeto da preocupação dos estudiosos da Lingüística: a linguagem humana. Hoje, autores como Luiz Carlos Travaglia (1997) apontam pelo menos três diferentes acepções: “a primeira concepção vê a **linguagem como expressão do pensamento**. Para essa concepção as pessoas não se expressam bem porque não pensam. A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece.” (p. 21)

De acordo com essa concepção, portanto, a maneira como se diz algo não depende daquele para quem se diz, nem da situação em que se diz, nem dos propósitos com que se diz.

A segunda concepção, para o mesmo autor, “vê a **linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação**. Nessa concepção a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor.” (p. 22)

Conforme essa acepção, para que a comunicação seja possível, os falantes devem dominar um código comum, uma língua, pois a língua é um ato social, que envolve pelo menos duas pessoas. Esse código, por sua vez, é visto como um fato objetivo externo à consciência individual e independente dela.

A concepção mais contemporaneamente aceita “vê a **linguagem como forma ou processo de interação**. Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e ‘falam’ e ‘ouvem’ desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais.” (p. 23)

A partir dessa maneira de conceber a linguagem, chegou-se à constatação de que esta é caracterizada pelo diálogo em sentido amplo. Tal acepção é compartilhada por todas as correntes de estudos da linguagem e das línguas que podem ser reunidas, atualmente, sob o rótulo de *Lingüística da Enunciação* – como a Lingüística Textual, a Teoria do Discurso, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a Semântica Argumentativa – e todos os estudos que, de alguma forma, estão ligados à Pragmática.

A Pragmática Lingüística e a interação pela linguagem

A Pragmática é comumente vista como a disciplina que se preocupa em estudar a língua em situação de uso, numa perspectiva que obrigatoriamente leva em conta emissor (o produtor do texto), seu receptor (o leitor/ouvinte) e o contexto em que ambos se inscrevem.

Há até mesmo quem defenda que não se deve falar da Pragmática como um ramo da Lingüística, já que, para estes, aquela se diferencia desta por se interessar pelo estudo do uso da língua, por oposição ao estudo do sistema lingüístico.

É inegável, de qualquer maneira, a importância de se introduzir a dimensão pragmática — além da fonológica, da sintática e da semântica — nos estudos lingüísticos quando se admite a ocorrência de fenômenos como os comumente chamados de **enunciação, inferência e instrução** (cf. MOESCHLER & REBOUL, 1994: 20).

A **enunciação**, ato individual de uso da linguagem, é um dos conceitos básicos da Pragmática Lingüística. Segundo Oswald Ducrot (1981: 33), o termo designa o aparecimento de um enunciado, ou seja, o fato de ele ser dito em uma determinada situação.

Para os pragmatistas, então, “a descoberta do papel da atividade enunciativa sobre a estrutura lingüística é certamente a mais importante da Pragmática. O argumento procede em dois tempos:

(i) Certos enunciados não têm como função designar um objeto do mundo: eles não têm função referencial, mas uma função auto-referencial (referem-se a si mesmos).

(ii) A função auto-referencial não é o fato da situação ou do contexto, mas é indicada, por uma convenção de língua, na estrutura do enunciado" (MOESCHLER & REBOUL, 1994: 20).

O falante, na verdade, não só diz algo como faz alguma coisa (pratica uma ação) ao dizer, e deixa claro, através de seu enunciado, que ação está praticando ao enunciar.

Quanto à **inferência**, diz-se que certos enunciados têm a propriedade de implicar outros enunciados: "estas implicações não demandam (...) que o enunciado seja completado pelas informações não lingüísticas, ou seja, contextuais" (p. 21).

Uma das tarefas da Pragmática é justamente explicar como um receptor pode compreender um enunciado de maneira não literal e porque o locutor escolheu este ou aquele modo de expressar seu pensamento (literalmente ou não).

Finalmente, a **instrução** é um conceito usado para designar os conectores (conjunções, locuções, advérbios sem significação referencial, etc.) cuja função parece variar de acordo com o contexto.

A significação dos conectores corresponde a uma instrução sobre a maneira de interpretar a relação que estabelecem entre as idéias (proposições).

Em outras palavras, pode-se dizer que se trata do conhecimento que o falante detém a respeito do sentido e/ou da função que estas palavras têm nos contextos em que surgem.

Mesmo sem ter estudado sistematicamente os conectores, o falante de uma língua conhece e muitas vezes emprega adequadamente tais termos, ou seja, usa-os de acordo com o valor semântico que eles realmente têm (pelo menos os mais usados), levando em conta o tipo de relação que ele realiza entre enunciados e idéias.

Enfim, a Pragmática não tem por objeto de estudo o código pelo código, mas principalmente seu uso, devendo-se considerar, para se proceder ao estudo da dimensão pragmática da linguagem, dois tipos de aspectos: os que são associados à estrutura lingüística e os que são associados ao contexto extra-lingüístico (p. 35).

São propriamente lingüísticos, por exemplo, os aspectos sintático e semântico, enquanto que os princípios (leis do discurso) e o contexto constituem os aspectos extra-lingüísticos.

Este enfoque chama atenção para as relações que existem entre a língua e as pessoas que a utilizam para agir umas sobre as outras (o uso que fazem das regras que constituem um determinado sistema lingüístico para influenciar nas atitudes de outros indivíduos).

Para proceder a este tipo de análise, a Pragmática "se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção" (KOCH, 1992: 11).

Trata-se, na verdade, do estudo da ação humana através da linguagem, e nesta perspectiva vê-se a possibilidade de se estudar, por exemplo, aspectos do texto que vão além da norma gramatical. Parece difícil explicar, por exemplo, a coerência e a coesão textuais como categorias puramente gramaticais, sendo necessário considerar tais fenômenos em conexão aos procedimentos psicossociológicos, ou seja, aos outros tipos de contextualidade (cf. PARRET, 1988: 17).

Para os lingüistas contemporâneos, então, “o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de comunicar-se com os seus semelhantes, de estabelecer com eles relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas maneiras, enfim, de interagir socialmente por meio do seu discurso” (KOCH, 1993: 17).

Vários trabalhos em Lingüística contemporaneamente se caracterizam por uma dupla recusa:

- a) a de reduzir a reflexão sobre a língua a um estudo do código exclusivamente;
- b) e a de privilegiar a função referencial da língua, vendo-a apenas como um modo de informar, de expressar idéias.

Preocupam-se em estudar o discurso:

- enquanto manifestação da presença do enunciador (emissor), o que constitui uma enunciação;
- enquanto ato através do qual o enunciador procura agir sobre o receptor (cf. BOISSINOT, 1992: 16).

Como conseqüência dessa mudança na maneira de conceber a linguagem, pode-se apontar orientações dadas por meio de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para o ensino da língua portuguesa: “a linguagem é uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história.”

Como se pode ver, as mudanças na concepção de linguagem condicionadas pelos estudos lingüístico-pragmáticos levaram à constatação de que, para ser capaz de interpretar algo que lhe foi dito, o destinatário deve supor que o produtor do enunciado respeita certas regras no processo de comunicação verbal. Trata-se de uma espécie de acordo tácito que é inerente à atividade verbal.

Na década de 60 do século XX, um americano, filósofo da linguagem, chamado Paul Grice propôs o princípio de cooperação, que diz respeito à contribuição que cada um dos interactantes dá à interação da qual participam.

Trocando em miúdos, pode-se dizer que os parceiros compartilham um certo quadro e colaboram para o sucesso da atividade comum que é a troca verbal, cada um reconhecendo seus próprios direitos e deveres, assim como os do outro.

No final dos anos 70, P. Brown e S. Levinson, inspirados no sociólogo americano E. Goffman, propuseram uma teoria segundo a qual todo indivíduo possui duas *faces*:

- uma **negativa**, que corresponde ao “espaço” de cada um (seu corpo, sua intimidade etc.);
- uma **positiva**, que corresponde à “fachada” social, à imagem valorizante que cada indivíduo tenta apresentar aos outros.

Como a comunicação verbal pressupõe a participação de, pelo menos, dois indivíduos, existem, no mínimo, *quatro* faces envolvidas na comunicação: a face positiva e a negativa de cada um dos interactantes.

Todo ato de enunciação é, potencialmente, uma **ameaça** para uma ou várias dessas faces. Segundo Mainueneau (2002: 38), “dar uma ordem valoriza a face positiva do locutor, desvalorizando a do interlocutor; dirigir a

palavra a um desconhecido ameaça a face negativa do destinatário (é uma intrusão no seu território), mas também a face positiva do locutor (que pode ser visto como sendo excessivamente desinibido). Podem-se então distinguir:

- as falas ameaçadoras para a face *positiva do locutor*: admitir um erro, desculpar-se etc., que representam atos humilhantes;
- as falas ameaçadoras para a face *negativa do locutor*: a promessa, por exemplo, compromete o sujeito a realizar atos que demandarão tempo e energia;
- as falas ameaçadoras para a face *positiva do destinatário*: a crítica, o insulto etc.;
- as falas ameaçadoras para a face *negativa do destinatário*: perguntas indiscretas, conselhos não solicitados, ordens etc.”

Se ao enunciar algo, pode-se ameaçar uma face com a intenção de preservar outra, os interactantes são levados a buscar um acordo, a negociar, procurando uma maneira de preservar suas próprias faces sem ameaçar as de seu interlocutor.

A teoria das faces está, portanto, diretamente ligada ao processo de construção de imagens, que doam valores éticos, morais e sociais aos indivíduos de convívio comum, que tendem a uma construção social de uma face positiva, que lhes garante *status* e valorização.

Como o homem necessita se comunicar, ao mesmo tempo que precisa se preservar, escolhe estratégias de interação em benefício próprio, e, nesse processo, não usa a linguagem como arma contra si mesmo, daí se estabelecer, por convenções sociais implícitas, que não se pode ferir a face que os outros mostram (ou omitem), sob pena de estar colocando a própria face em perigo, pois todo ato de comunicação constitui uma ameaça a qualquer uma das faces (positiva ou negativa) do seu interlocutor.

A interação na EAD

Entre as características que dizia considerar importantes em um curso *on line*, um determinado aluno da Universidade Federal do Pará (UFPA) afirmou: “eu escolheria um curso em que minhas possíveis dificuldades e as respostas a minha curiosidade fossem previstas e antecipadas em hipertextos que tornassem minha leitura mais gratificante e a aprendizagem mais integrada”.

O depoimento deste aluno mostra a grande responsabilidade que o professor tem não só na preparação de material para cursos dessa modalidade, mas também na maneira de interagir com seus alunos por meio de fóruns e *chats*.

Como afirmam Crescitelli, Marquesi e Elias (2002: 267), a respeito do ensino de língua portuguesa via Internet, “a fim de construir esse universo de linguagem no qual as coisas acontecem, o professor deve definir quais os objetivos pretendidos e como fazer para alcançá-los, de modo a promover a interação, a constituição de cada aluno em sujeito de sua aprendizagem e a construção do conhecimento”.

Por se tratar de uma interlocução não simultânea, o material preparado e a interação em fóruns e *chats* são de máxima importância no processo de ensinar e aprender por meio da modalidade, pois, além de se prestarem a

resolver problemas decorrentes da ausência de uma relação em presença entre professor e aluno, devem facilitar a construção do conhecimento por parte deste.

É claro que esta modalidade exige, tanto do professor quanto do aluno, uma postura diferente da que historicamente se tem assumido, principalmente no Brasil, no processo de ensino-aprendizagem presencial.

Cabe ao professor, como bem dizem Crescitelli *et al.*, ser flexível diante de problemas como o funcionamento não satisfatório da tecnologia a ser usada, ter tempo para elaborar material e metodologias, disposição para aprender a usar novas tecnologias e curiosidade para buscar maneiras mais interessantes e produtivas de apresentar conteúdos: “a transição do antigo discurso monológico do monopólio do saber para a ‘disponibilização’ de domínios de conhecimento e construção coletiva do conhecimento precisa, de fato, ocorrer” (p. 262).

O aluno, por sua vez, não pode assumir a postura passiva, de mero receptor de conhecimento, muito comum no ensino-aprendizagem tradicional, pois “o resultado a ser conseguido em EAD depende muito da iniciativa individual do aluno e da sua habilidade de trabalhar por si próprio, com uma certa autonomia” (p. 263).

No caso de cursos que se realizam via Internet, são muitos os cuidados a serem tomados, pois a rede internacional de computadores tem suas peculiaridades e estas devem ser observadas: “a internet é caracterizada pela escrita hipertextual, a qual contempla, em sua constituição, inúmeros textos, demandando, portanto, no processo de sua escrita e leitura, conhecimentos acerca do texto e da textualidade, bem como do modo como os indivíduos interagem na e pela linguagem, constituindo-se como sujeitos ao dizerem algo e ao se posicionarem em relação ao dito” (CRESCITELLI *et al.*, 2002: 264).

Cabe ao professor, então, facilitar esse processo, elaborando metodologias, e, conseqüentemente, materiais, que permitam ao seu aluno a apreensão daquilo que ele (o professor) tem por objetivo, aproveitando ao máximo os recursos oferecidos pela rede. Como afirma Marcuschi, “a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo. Se bem aproveitada, ela pode tornar-se um meio eficaz de lidar com as práticas pluralistas sem sufocá-las” (In MARCUSCHI e XAVIER, 2004: 14).

A ausência do professor já tem sido objeto de preocupação de autores que se voltam, contemporaneamente, para a EAD, mais especificamente para cursos *on line*: “um dos tantos desafios no ensino a distância mediado por computador é tornar o professor presente, não só dando intencionalidade pedagógica à atividade proposta, mas também, e principalmente, garantindo ao aluno o desempenho assistido necessário para que ele possa realmente ser ajudado a atingir seu nível potencial de competência. Na virtualidade da rede mundial dos computadores e nas atividades propostas para o ensino dos mais diferentes conteúdos, predomina de modo quase absoluto a duplicação da realidade impressa. O recurso da interatividade proporcionado pelo computador é muito pouco explorado.” (LEFFA, 2003: 26)

Outro desafio a enfrentar, no que diz respeito à interação em cursos *on line*, é a necessidade de uso do texto escrito. Para Marcuschi, o problema em que essa necessidade pode se transformar é que “o perigo não mora no instrumento nem na tecnologia, mas no seu uso que não deve tornar-se o foco do ensino. O instrumento é de tal ordem concebido que deverá, no futuro,

favorecer a construção interativa do conhecimento. Não podemos ignorar que as redes de computação ainda deverão ser uma forma eficiente de construção social do conhecimento na medida em que se esvai a imagem do autor solitário e isolado produzindo textos oficiais.”(2000: 87)

O hipertexto pressupõe, na verdade, uma cadeia de textos (não necessariamente, todos, verbais) que se relacionam, se completam, mas não linearmente, o que, segundo o autor, “subverte os movimentos e redefine as funções dos constituintes textuais clássicos” (p. 97).

O professor deve se preocupar, então, com a maneira como leva os seus alunos a estabelecer tais relações e como eles processarão as informações, integrando-as a seus conhecimentos.

No contato direto com os alunos, portanto, há de se ter cuidado com a maneira como se diz, pois, como preceitua a Pragmática, há três atividades que são complementares na enunciação, pois enunciar implica

- realizar um ato locucionário (ou locutório), ou seja, produzir uma série de sons ou grafemas dotada de um sentido,
- realizar um ato ilocucionário (ou iolutório), isto é, produzir um enunciado que tem uma certa “força” e
- realizar um ato perlocucionário (ou perlocutório), ou seja, provocar efeitos na situação.

Assim, o que se propõe é a distinção entre o ato de tornar um enunciado significativo (locucionário), o ato realizado pelo locutor por causa de seu enunciado (ilocucionário) e o ato desempenhado quando um enunciado atinge um efeito específico no comportamento, na crença, no sentimento de um interlocutor (perlocucionário). Percebe-se, assim, que o campo do perlocutório ultrapassa o contexto propriamente lingüístico.

Existe uma diferença, então, entre o que se diz, o que se quer fazer com esse dizer e o que realmente se consegue fazer com ele.

Para terminar, uma constatação é inevitável quando se compreende a diferença entre os atos de linguagem: só se pode percebê-los levando-se em conta o contexto, a situação de comunicação em que ocorrem.

Segundo Ezequiel Theodoro da Silva, “não resta dúvida de que a produção e a circulação de textos virtuais trazem grandes desafios para a educação formal das novas gerações. Ainda que esses textos sejam produzidos por meio da escrita, o que recoloca a importância de seu domínio (da escrita) num mundo que, até recentemente, tendia à hegemonia das imagens da televisão, eles se apresentam dentro de um suporte específico (a tela do computador) e adquirem configurações únicas, permitindo, por exemplo, as ações de interatividade por parte do leitor e as múltiplas possibilidades de trajetos de leitura pelas janelas dos hipertextos. Resulta que as atitudes e os comportamentos de leitura do texto virtual são diferentes daqueles resultantes das interações com textos impressos. Tais diferenças situam-se em várias dimensões: das físicas (lê-se com o corpo na horizontal o texto na tela do computador e verticalmente na página do livro, por exemplo) até as atitudinais (caso o leitor da linguagem virtual não seja seletivo frente ao imenso leque de ofertas da Internet, é provável que ele se perca nos labirintos da informação).” (2003: 14)

A possibilidade de interação é, sem dúvida, a grande vantagem da modalidade *on line*, pois a Internet veio para preencher o que vinha sendo, historicamente, apontado como limitação do modelo de EAD, e para permitir

que os alunos se sintam acompanhados, assistidos. Como resultado disso, pode-se citar o depoimento de uma de nossas alunas do curso de especialização em uma conversa no *chat*: “professora, estou tendo a impressão de que no curso *on line* nós temos mais atenção dos professores do que no presencial”.

Um estudo feito por Heloisa Collins, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (*In* COLLINS & FERREIRA, 2004) – *Interação e permanência em cursos de línguas via Internet* –, levou à constatação de que os alunos não estão suficientemente estimulados a participar de fóruns e *chats*, o que confirma a necessidade de se estudar a questão.

Não se quer, aqui, ditar regras a serem seguidas pelo professor que deseja atuar na modalidade de que trata este trabalho, mas simplesmente levar à reflexão e, talvez, contribuir para a discussão, que se inicia na UFPA, sobre a necessidade de reconhecer que a EAD pressupõe uma situação especial — pelo menos diferente da realidade do ensino presencial — e impõe uma série de atitudes e cuidados imprescindíveis para que se alcance sucesso.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BOISSINOT, Alain . *Les texts argumentatifs*. Toulouse: Bertrand-Lacoste, 1992.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: 1997.
- COLLINS, Heloisa; FERREIRA, Anise (Org.). *Relatos de experiência de ensino e aprendizagem de línguas na Internet*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- CRESCITELLI, Mercedes Fátima de Canha, MARQUESI, Sueli Cristina, ELIAS, Vanda Maria da Silva. “Ensino de língua portuguesa via internet”. In BASTOS, Neusa Maria (Org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002.
- DUCROT , Oswald. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global, 1981.
- ELIASQUEVICI, Mariane; FONSECA, Nazaré. *Educação a distância: orientações para o início de um percurso*. Belém, UFPA, 2004.
- GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. São Paulo: Ática, 1997.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Linguística textual e ensino de língua: construindo a textualidade na escola*. In: Letras Hoje. Porto Alegre: PUCRS, Jun. 1981.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1993.
- LEFFA, Vilson. “Análise automática da resposta do aluno em ambiente virtual”. In *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 1, n. 1, 2001. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. "O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula". In AZEREDO, José Carlos de (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- _____ e XAVIER, Antônio Carlos (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MOESCHLER, Jacques, REBOUL, Anna. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: SEUIL, 1994.
- MORAES, Raquel de Almeida. *Informática na educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da (Coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOLETTIC, Angeles. "A preparação de materiais escritos nos programas de Educação a Distância: problemas e desafios". In LITWIN, Edith (Org.). *Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- VAL, Maria da Graça Costa. A interação lingüística como objeto de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. *Educação em revista*, nº 16. Belo Horizonte, Faculdade de Educação/UFMG, dez., pp. 23-30, 1992.